

OS PROFESSORES E AS PRÁTICAS QUE REVERBERAM NO CONTEXTO DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Roberto Vinicio Souza da Silva

Programador; Graduando em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Rosemary Meneses dos Santos

*Graduada em pedagogia e Esp. LIBRAS e Psicopedagogia
Universidade Federal do Piauí-UFPI*

Mirian Machado Da Silva

*Graduada em pedagogia e Esp. Psicopedagogia
Secretaria Municipal de Educação-SEMED-Tutóia-MA*

RESUMO: O presente trabalho elege como objetivo geral: pesquisar as questões de gênero na Educação Infantil – EI em uma escola pública na cidade de Parnaíba-PI. Enquanto que os específicos são: perceber os dilemas que reverberam na escola, que legitimam espaço de atuação para mulheres e homens e analisar as práticas dos educadores no que tange as questões aceitáveis à meninas e meninos no espaço escolar. Para fomentar as discursões utilizou-se Freire (2011), Gadotti (2000), Louro (1997), Scott (1989), entre outros. Além disso, no percurso metodológico optou-se por pela estratégia observação participante. Espera-se com este artigo, problematizar as categorias de gênero, prática docente e Educação Infantil, com a finalidade de que a escola consiga protagonizar os diversos sujeitos/ identidade que acessam este espaço formativo. Dando possibilidades de uma igualdade efetiva entre professores e professoras, nesse trabalho partimos do pressuposto que não existe um gênero mais importante que o outro ou que consiga desenvolver um trabalho mais efetivo dentro das séries iniciais, pois a grande questão são as competências e habilidades que cada um desses profissionais possui e propõe na desenvoltura de suas práticas frente aos desafios da aprendizagem e ensino das crianças, por fim, com esta pesquisa também se percebeu a relevância de se discutir gênero dentro da educação, apesar desta proposta ter sido retirada do Plano Nacional de Educação - PNE, e de alguns planos municipais, isto inclui o município de Parnaíba, apesar disso, cada instituição de ensino possui autonomia para discutir e implementar estratégias de enfrentamento as desigualdades tanto no contexto das relações entre professores como no que é ensinado aos educandos, esses que apesar da pouca idade, já compreendem e reproduzem as segregações no tocante as interações entre meninos e meninas, sobretudo dentro da escola.

PALAVRAS – CHAVE: Gênero. Prática Docente. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Discutir gênero na Educação Infantil¹ – EI é uma questão complexa por que algumas vezes trata-se de uma temática que aparentemente desaparece frete ao que é considerado trivial e aceitável pela sociedade, dessa forma se percebe que há dentro da escola espaço delimitado e legitimado para homens e mulheres, a rupturas desses paradigmas é muitas vezes posta à margem, sobretudo pelos discursos homogeneizados e naturalizados.

Questionar, propor e intervir na lógica estipulada aos gêneros algumas vezes pode ser visto como uma transgressão e é acompanhada, sobretudo de muita vigilância, por exemplo o professor que se reconhece com o gênero masculino, ao adentrar na EI, os pais, a coordenação e demais personagens que cessam a escola ficam a observar suas práticas a fim de perceber se essas se ele efetivamente esta trabalhando em prol das crianças ou é um sujeito que irá violentar as crianças, isso no termo mais pejorativo, ficam sempre alerta para verificar se este sujeito é ou não pedófilo. A mulher neste espaço de ensino é considerada a tia, que consegue desempenhar um bom trabalho, eficiente e que sem dúvidas contribui com o processo de aprendizagem e ensino das crianças. Além disso, se percebe as formas como o gênero é ensinado às crianças, como são educadas.

Diante deste contexto, aparentemente coeso é que toma relevância este trabalho por que esses elementos acima mencionado, são problematizados as tias, podem se tornar também vilãs, o gênero se torno uma proposta ruim para o “bom sensu brasileiro” e o homens não são todos pedófilos.

Para isso, se tem como objetivo geral: pesquisar as questões de gênero na Educação Infantil – EI. Enquanto que os específicos são: perceber os discursos e as práticas que reverberam na escola que legitimam espaço para mulheres e homens e analisar as práticas dos educadores no que tange as questões aceitáveis à meninas e meninos no espaço escolar, refletir sobre a ideologia do gênero entre os brasileiros. Para fomentar as discursões utilizou-se Freire (2011), Gadotti (2000), Louro (1997), Scott (1989), entre outros. Além disso, no percurso metodológico optou-se por pela estratégia observação participante.

Para além dessas questões, durante o trabalho será problematizado a categoria gênero, mas o que é gênero? parafraseando Joan Scott (1989) Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendententes; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

¹ Durante o trabalho este termo será entendido como sendo a primeira etapa da educação básica de acordo com *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, sancionada em 20 de dezembro de 1996.

Para Louro (1997) a ideia não é negar a biologia, mas enfatizar, deliberadamente a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas, a partir disso, se percebe que gênero são as construções produzidas e reproduzidas que estabelecem posturas e com comportamentos aceitáveis para homens e mulheres.

Por fim, esta proposta se oferece uma possibilidade para se pensar na educação emancipatória, que infelizmente é comprometida por ideologias, conservadoras e tradicionais que estabelecem padrões e conceitos que definem o “normal” e o “diferente” dificultado por vezes à escola de romper com inúmeras questões discursivas e práticas que segregam, rotulam e estigmatizam através do gênero.

METODOLOGIA

O percurso metodológico deste estudo contemplou o perfil bibliográfico quando utiliza autores como: Freire (2011), Gadotti (2000), Louro (1997), Scott (1989), entre outros, além disso, se fez uma pesquisa de campo com a estratégia Pesquisa Participante, esta proposta se efetiva mediante a intervenção entre pesquisadores os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Nesse caso, foram percebido dois professores do sexo masculino que atuam em uma escola pública na cidade de Parnaíba-PI, então eles são ouvidos atentamente sobre seus principais dilemas que reverberam no contexto de suas atuações dentro da escola pública, relataram a fiscalização e a aceitação dos pais, gestores e demais personagens da escola, assim, se percebe que sobre esses profissionais podem até ser aceitos mais antes são rigorosamente analisados por todos, se percebeu que isto não acontece com as professoras que ministram aulas nesta mesma escola.

Optou-se por esta estratégia por que, foi exatamente nesta escola que decidi realizar meu estágio obrigatório na Educação Infantil, fui bem recebido pelas professoras e professores, contudo os pais sempre perguntavam: quem é ele? Por que está aí? Ele está mantendo o trabalho direitinho? Para além dessas questões não serão mencionados o nome da escola por questões éticas.

RESULTADO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Iniciaremos esta reflexão partimos do pressuposto elucidado por Freire (2011) o professor deve provocar questionamentos que ajude o educando a desenvolver um pensamento crítico, autônomo, livre e reflexivo a partir das exposições/ discussões em sala de aula. Portanto, é



necessário que o educador compreenda as situações econômicas, políticas, sociais, históricas, entre outras, que circundam os educandos com a finalidade de proporcionar uma prática com um fazer pedagógico, que contribua com o processo de formação, mais também de cidadania. Não basta apenas que as escolas consigam uma boa nota para evitar reprovação. É necessário repensar a formação educacional brasileira, na tentativa de que haja uma formação qualitativa, ao invés apenas da quantitativa. Para Freire (1982) É preciso ficar claro que o fato de ler hoje o que não liam ontem, em termos de palavras, não significa que ninguém virou cidadão.

O mesmo autor num texto publicado em 2011 acrescenta a questão da cidadania e algo relevante que transcende o ato de ler e escrever. Sendo a 'leitura do mundo' mais importante do que a 'leitura da palavra'. Desse modo, Freire sinalizar para uma prática tecida de significados para o aprendiz.

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma das tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se "aproximar" dos objetos cognoscíveis. Esta rigorosidade metódica não tem nada a ver com o discurso "bancário" meramente transferidor do perfil do objeto e do conteúdo. (FREIRE, 2011, p. 38)

Portanto, somos compelidos a refletir sobre uma educação propulsora de vários elementos que primam por emancipação. Segundo Gadotti (2000) Não se muda a história sem o conhecimento, mas tem-se que educar o conhecimento e as pessoas para tornarem-se sujeitos da sua história e intervir no mercado como sujeitos, e não como povo sujeitado, massa de manobra da lógica interna da razão econômica. O mercado precisa estar submetido à cidadania.

Se pretendemos que a escola trabalhe para desenvolver a cidadania, se acreditamos que isso não é tão óbvio nem tão simples, temos que pensar nas consequências. Isto não se fará sem abrir mão de algumas coisas, sem reorganizar as prioridades e sem levar em conta o conjunto de alavancas disponíveis: Os programas, a relação com o saber, as relações pedagógicas, a avaliação, a participação dos alunos, o papel da família na escola, o grau de organização da escola como uma comunidade democrática e solidária (PERRENOUD, 2005, p. 11)

Este autor estabelece possibilidade para a promoção da cidadania a partir da escola. Esta relação conjunta é capaz de gerar agentes construtores da sociedade, sujeitos autônomos, críticos e livres. Para isso, é claro os saberes e conhecimentos produzidos devem priorizar as experiências que os alunos trazem para a escola, saberes que se configuram a partir das relações sociais, históricas e principalmente culturais.



Até aqui vimos que a escola pode ser uma possibilidade para transformar e/ ou intervir na realidade, protagonizar os indivíduos.

Quem não desejaria não desejaria que a escola fosse redentora dos pecados da sociedade? É preciso lembrar, no entanto, que a escola está na sociedade, é fruto dela, é de onde extrai seus recursos. Sua “autonomia relativa” não a torna um santuário à margem do mundo, nem um superego. Não se pode exigir que ela inculque valores que parte da sociedade respeita da boca para fora (PERRENOUD, 2005, p. 09)

A ideia neste estudo não é dizer que a “autonomia relativa” da escola não exista, nem que as discussões anteriores constituem-se como sendo uma utopia, mas apenas é pretendendo refletir sobre os processos que constituem as práticas, sobretudo no contexto da igualdade, haja vista que foi mencionado que a escola deve também se preocupar com a formação humana dos aprendizes. Como pensar em educar para a igualdade se as discussões sobre gênero, por exemplo, são não consideradas como sendo irrelevantes para ser trilhada dentro da escola?

Para ilustrar isso, gostaria de evocar as discussões que reverberam sobre a figura do professor (gênero masculino) no contexto da Educação Infantil, o homem neste espaço encontra muita resistência para desenvolver seu profissionalismo. Estamos acostumados com “tias” às quais são atribuídas estratégias e práticas exitosas no que tange a docência nas séries iniciais. Na concepção de Freitas (2007, p.55).

[...] isso é explicado pelo fato de o “cuidado” ser considerado um atributo tipicamente feminino, adquirido na esfera doméstica, ou seja, os saberes são aprendidos na socialização da mulher. Desse modo [...] as mulheres aparecem como mais propensas a certas profissões por serem consideradas “naturalmente” qualificadas para elas.

Essas assertivas, ainda perduram e são legitimadas dentro da escola, a figura masculina sai de cena, pois muitos acreditam que os homens são pedófilos, o preconceito é tão grande, que mesmo em um espaço responsável por despertar a criticidade dos educandos, em alguns casos não consegui ultrapassar esses conceitos reproduzidos sem nenhuma reflexão apurada, quase sempre generalizando e atribuindo aos professores masculinos o caráter de pedófilos. É como se apenas pessoas do gênero masculino pudesse adquirir esta doença, ou se todos que se configuram com este gênero fossem. Em uma reportagem, divulgada no site do portal R7, há a seguinte manchete: Mulheres pedófilas: entenda por que elas são pouco denunciadas.



Assuntos como pedofilia e abuso sexual envolvem um tabu tão grande que pouco se imagina que as mulheres sejam portadoras desta doença e que também cometem estupros. Segundo um dado da PF (Polícia Federal), a cada dez pedófilos, um é uma mulher. Assim como os presídios masculinos têm alas reservadas para estupradores, chamadas “seguro”, os femininos também possuem e elas estão ocupadas.

O que acontece é que, em geral, as mulheres são denunciadas com menor frequência. Alguns motivos explicam essa subnotificação, como a ausência de penetração durante o abuso, a cultura machista que vê como algo normal as relações precoces entre meninos e mulheres mais velhas, ou o receio da família de denunciar e transformar o fato em um trauma maior que interfira na sexualidade dos garotos.

Toque, beijos, carícias e ato libidinoso envolvendo crianças são consideradas crimes pela Constituição²

Diante disso, se percebe que o argumento para legitimar este espaço à mulheres pelo cuidado e ausência de práticas pedófilas, na verdade não fazem tanto sentido, em outras palavras, as mulheres também podem ser entendidas como violadoras dos direitos, não podemos a partir disso, acreditar que todo homem é pedófilo e vai fazer mal, nem que toda mulher. Contudo, ficou evidente que dentro deste rol de possibilidades, existe algumas pessoas que são efetivamente doentes e necessitam serem percebidos, não sair priorizando espaço à mulheres na Educação Infantil. Por causa de uma tabu, ou de uma ideologia que apregoa uma verdade baseada em discursos do sensu comum.

Sabendo dessa discrepância entre homens e mulheres no contexto das práticas na Educação Infantil e retomando a primeira paráfrase de Freire no início deste artigo se percebe que há uma discrepância, pois dentro da escola, ambiente de profundas mudanças, protagonismo e igualdade, na verdade acabamos de perceber uma fragilidade, dentro da escola no contexto de gênero categoria analisada nesta proposta, há discrepância e delimitações para homens e mulheres e pior que isso, as questões norteadoras são provenientes do saber do sensu comum.

Em virtude disso, se faz necessário a seguinte interpelação: será que as instituições de ensino estão educando para a igualdade? Vamos considerar as categorias que estamos trabalhando neste estudo: Gênero e Educação Infantil.

De acordo com o que foi observado na escola, há uma constante reiteração de uma norma para meninos e meninas, principalmente nas brincadeiras, “menino não brinca com bonecas”, “azul é para menino e rosa é para menina”, “meninas na frente da fila e os homens atrás”.

Acredita-se que este cuidado que as garotas devem desempenhar é um condicionamento legitimado socialmente às meninas, sobretudo, quando elas estão brincando, rotineiramente recebem brinquedos de seus familiares principalmente como panelas, fogões, cama de plástico para as bonecas, e as brincadeiras quase sempre são permeadas pela necessidade de as bonecas em

² <http://noticias.r7.com/sao-paulo/mulheres-pedofilas-entenda-porque-elas-sao-pouco-denunciadas-06072015>

banhar, comer, e as meninas preocupam-se com o bem estar de seus brinquedos, seus filhos (bonecas).

Este ensaio na infância algumas das vezes é acompanhado de expressões do sensu comum como: “Já sabe fazer comida, tá pronta pra casar”. Como se a mulher fosse apenas construída para ser o garçom ou a escrava da família.

Enquanto isto é pensado para as garotas, considerando os argumentos de Fry e Macrae (1985) Ao garoto, é permitida sua interação com algo mais ‘complexo’ como: subir em árvores, dirigir carros de brinquedos, brincar de luta com os coleguinhos, soltar pipa, jogar bola. Ações que prepararam o homem para ser forte, inflexível, provedor, estrategista, autônomo e líder. Que prejuízo teria se a este menino fosse-lhes apresentado a sensibilidade? Qual perca ocasionaria para à sexualidade do menino se fossem implementados às brincadeiras, bonecas, casinhas entre outras ditadas próprias das meninas?

A divisão de brinquedos e ações entre garotas e garotos, é uma reprodução clara das concepções do machismo ao permitirem que o menino dialogue com brinquedos exclusivos de meninos, por medo, concebem que se brincar com bonecas ou outras brincadeiras compreendidas como próprias das garotas sua sexualidade será alterada. Isto realmente deve ser uma preocupação? Assim, não estaríamos reproduzindo os estigmas do preconceito? A educação poderia ser uma possibilidade para se refletir sobre a igualdade e democracia entre os gêneros?

Mas como pensar em uma política de igualdade de gênero se à escola se este debate foi considerado irrelevante para ser discutido em sala de aula.

Isto porque as brincadas evangélicas se posicionaram e grupos pós-diversidade se colo locaram contrários ao veto de iniciativas que tratavam de igualdade, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade nas escolas.

A polêmica vem desde 2014, quando durante a tramitação no Congresso Nacional do PNE (Plano Nacional de Educação), que dita as diretrizes e metas da educação para os próximos dez anos, a questão de gênero foi retirada do texto.

Na ocasião, as bancadas religiosas afirmaram que essas expressões valorizavam uma “ideologia do gênero”, corrente que deturparia os conceitos de homem e mulher, destruindo o modelo tradicional de família. O PNE também incluía temas como números de alunos por sala, remuneração de professores e repasse de verbas para a educação, mas a questão de gênero acabou dominando a discussão...³

Diante disso, se percebe que o caráter religioso acabou por ser mais imponente que as discussões que primam pela igualdade de gênero, diante do recorte, se percebe que as discussões não foram aceitas, mas é necessário que se diga, não há nenhum documento que proíba, em virtude disso, cabe a cada educador/ escola, estabelecer os contornos nas práticas de ensino.

³ <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>

Diante dessas exposições se percebe que a escola possui autonomia para desenvolver efetivamente um trabalho direcionado, que consiga contemplar a igualdade de gênero em todas as facetas que receberam dentro da escola, aqui analisamos apenas dois contornos, contudo, se percebe que este campo de estudo ainda necessita de profundas reflexões e problematizações, com a finalidade refletirmos criticamente sobre os discursos de igualdade e cidadania que emanam da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil - EI é onde tudo começa quando se pensa na educação básica, por isso, se deve levar em consideração a importância de se desenvolver uma educação de qualidade que desperte no educando, sobretudo, a autonomia, em outras palavras esta capacidade de se reger por leis próprias.

Muitas vezes este processo acontece em sala de aula quando a criança aprende a obedecer regras, quando manuseia massinha de modelar, nas pinturas, nas atividades para desenvolver a coordenação motora ampla e fina, em fim. O que se sabe é que este trabalho, não acontece de forma rápida e a curto prazo, mas é um processo gradual e esta relacionado com diversos contextos a que a criança esta inserida, como a cultura, as questões sociais, familiares, entre outros.

Como educar as crianças? Quanto a esta interpelação infelizmente ainda não se tem um parâmetro que funcione sem margem de erro, ou seja, dentro da educação existe várias teorias, essas se configuram apenas como possibilidade no processo de ensino, pois em sala de aula, as práticas pedagógicas, os recursos, a dinâmica, a formação do professor, o currículo da escola, interfere diretamente, além disso, ainda existe a singularidade de cada personagem, de cada aprendiz. Em virtude disso, se faz necessário repensar/ avaliar e cotidianamente a maneira como as aulas estão apresentado os resultados esperados.

Por fim, este trabalho conseguiu manter coerência com seus objetivos, sobretudo propõe uma análise de gênero conjugando as categorias: professores e práticas pedagógicas. Neste sentido, se percebe que nesta área de conhecimento ainda necessita de profundas reflexões e problematizações acadêmicas e científicas, para superar as disparidades que reverberam no contexto da escola no que tange as relações entre mulheres e homens.

REFERÊNCIA



- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 43ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREITAS, T.V. **O cenário atual da divisão sexual do trabalho**. São Paulo: SOF, 2007.
- FRY, Peter; MACRAE ,Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- GADOTTI, M. et al **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez. 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. (trad. FátimaMurad).Porto Alegre: Artmed,2005.
- R7, disponível em <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/mulheres-pedofilas-entenda-porque-elas-sao-pouco-denunciadas-06072015>> acessado em: 09/10/16
- SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil para a análise histórica**. Disponível em:<<http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>> acessado em: 09/10/16.
- Uol Educação. Disponível em<<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>> acessado em: 09/10/16